

Câmara abre processo de cassação contra Brazão

Conselho de Ética aceita representação e inicia fase de coleta de provas. Deputado é acusado de mandar matar Marielle

VICTÓRIA ABEL
arquivo.istockphoto.com.br

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 16 votos a 1, a abertura do processo que pode levar à cassação do mandato do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ). O parlamentar está preso desde 24 de março, acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle Franco (PSOL), então vereadora do Rio, e do motorista Anderson Gomes.

A relatora, deputada Jack Rocha (PT-ES), apresentou parecer pela admissibilidade da representação e recebeu apoio da maioria dos membros do colegiado. A execução foi Gutemberg Reis (MDB-RJ), único a votar contra o relatório.

Com a continuidade do processo, Chiquinho Brazão poderá apresentar nova defesa em até 10 dias úteis. Em seguida, a relatora terá 40 dias para coleta de provas, com requisição de documentos e depoimentos, e mais 10 dias para apresentar um novo parecer, em que pode recomen-

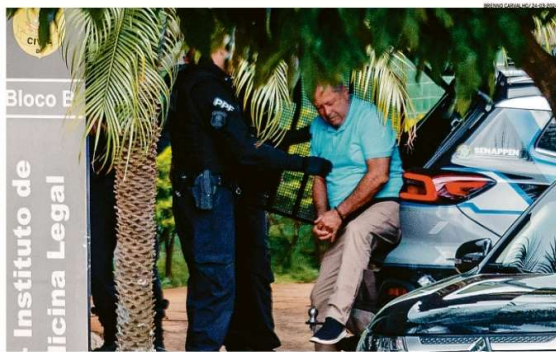
dar a cassação, suspensão ou arquivamento do caso.

— Essa etapa se chama instrução probatória. Poderemos apresentar mais provas — explicou o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

Depois da segunda análise, o Conselho manterá a escolha pela cassação, o processo precisará ser votado no plenário da Casa. O prazo para deliberação do plenário, a contar da instauração do processo no Conselho de Ética, é de 90 dias úteis. A cassação de mandato exige votos da maioria absoluta dos deputados, ou seja, de pelo menos 257. Chiquinho Brazão ainda pode recorrer ao longo da instrução do processo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

PRISÃO MANTIDA

No início de abril, a Câmara decidiu manter a prisão do deputado. A votação passou por uma margem apertada. Foram 277 votos favoráveis à prisão — eram necessários 257 —, 129 contrários e 28 abstenções. O parlamentar conseguiu angariar apoio expressivo de partidos do Cen-



Decoro. Chiquinho Brazão é levado ao Instituto Médico Legal de Brasília após ser detido; em março, deputado enfrenta processo que pode cassar seu mandato

PRÓXIMOS PASSOS

Prazo para defesa

Com a instauração do processo pelo Conselho de Ética, Chiquinho Brazão tem agora um prazo de 10 dias úteis para apresentar ao colegiado uma nova defesa.

Relatório sobre o mérito

Após a defesa ser apresentada, a relatora, deputada Jack Rocha (PT-ES), tem 40 dias úteis para instruir o processo e mais 10 dias

para apresentar seu parecer recomendando a cassação, suspensão ou o arquivamento do processo contra o parlamentar. Os demais membros do Conselho de Ética votam, em seguida, para aprovar ou rejeitar o relatório.

Recurso na CCJ

Após a tramitação do processo no Conselho de Ética, Brazão pode recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) contra o procedi-

mento se julgar inconstitucional ou antirregimental. A comissão deve votar o recurso em cinco dias úteis.

Palavra final do plenário

O processo segue, por fim, para o plenário da Câmara dos Deputados. O prazo para análise, a contar da instauração do processo no colegiado, é de 90 dias úteis. A cassação de mandato exige votos da maioria absoluta dos deputados, ou seja, de pelo menos 257 dos 513.

Polícia Federal que culminou nas prisões de Chiquinho, de seu irmão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Domingos Brazão, e do ex-chefe de Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa, o deputado Marielle ficaram em lados opostos durante a votação de um projeto de lei aprovado em 2017 na Câmara Municipal do Rio para regularizar ocupações clandestinas.

Aviação do parecer no Conselho uniu ontem partidos da base e da oposição ao governo Lula. O PL foi favorável à abertura do processo de cassação.

— Votamos lá atrás contra a prisão, para não sangrar a Constituição. Agora, votamos pela admissibilidade do processo. Concordo 90% com o relatório da deputada Jack Rocha. Não estamos julgando se ele é culpado ou inocente. Estamos julgando a admissibilidade do processo — disse o deputado Cabo Gilberto (PL-PB).

Boulos vota para arquivar caso contra Janones

Pré-candidato à prefeitura de São Paulo é relator de processo sobre suspeita de 'rachadinha' no Conselho de Ética da Câmara

maria

Relator do processo que trata sobre suspeita de "rachadinha" no gabinete do deputado federal André Janones (Avante-MG), o deputado Guilherme Boulos (PSOL-SF) apresentou parecer pelo arquivamento do pedido de cassação de mandato do parlamentar no Conselho de Ética da Câmara. O relatório, divulgado ontem, teve pedido de vista, quando um deputado ou um grupo pede mais tempo para ler o parecer, e voltará a ser analisado após dois dias úteis.

A representação contra Janones foi apresentada após dois ex-assessores do parlamentar afirmarem que ele cobrava funcionários lotados em seu gabinete na Câmara a repassar parte dos seus salários. O caso é investigado pela Polícia Federal.

Em entrevista ao GLOBO, Cezar Luiz Paulino e Fabrício Ferreira de Oliveira disseram que a prática envolvia até mesmo os valores recebidos como 13º e chegava a 60% dos vencimentos.

Boulos justificou que as acusações contra Janones são anteriores ao exercício

do mandato dele, que se iniciou em 2023. O pré-candidato à prefeitura de São Paulo afirmou que as suspeitas já eram de conhecimento público desde 2021.

"Não há justa causa para o presente feito. A representação do PL traz fatos antes do representado ser deputado federal. O Judiciário fará seu trabalho", argumentou Boulos no relatório.

APURAÇÃO EM CURSO

Janones atuou informalmente como estrategista da campanha digital do presidente Luiz Inácio Lu-



Relator. Boulos em entrevista; deputado vota contra cassação de Janones

iza Silva (PT) nas eleições de 2022. O petista é o principal aliado de Boulos na corrida pela prefeitura de São Paulo.

Janones voltou a se defender das acusações.

— Tudo isso não passa de uma grande armação, não sou réu em nenhum processo judicial.

Em áudios divulgados pelo site "Metrópoles", o deputado diz que os servidores deveriam usar uma fatia dos salários recebidos da Câmara para pagar dívidas de campanha. O parlamentar alega que o pedido revelado na gravação foi feito antes de se eleger, em 2018, para pessoas que ainda não trabalhavam em sua equipe. Janones diz ainda que não colocou a sugestão em prática. (Vitoria Abel)

PGR pede inclusão de réus do 8 de janeiro em lista da Interpol

São alvos 51 fugitivos acusados de participar dos atos golpistas em Brasília

MALU GASPARI
malu.gaspari@globo.com.br

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, solicitou ontem a inclusão de 51 acusados de participação nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 na difusão vermelha da Interpol. São alvos do pedido bolsonaristas envolvidos nos ataques que

estão em aberto ou fugiram depois de inutilizar as torções eletrônicas. A informação foi publicada na coluna de Malu Gaspar, no site do GLOBO.

A Interpol é uma organização policial criminal composta por 196 países, que o Brasil integra por meio da Polícia Federal. Sua manifestação do PGR for

acatada pela entidade, a difusão vermelha, na prática, faz dessas pessoas foragidos internacionais.

FUGA PELO SUL DO PAÍS

A medida foi motivada pela revelação de que essas pessoas estavam fora do alcance da Justiça e da Polícia Federal, publicada pelo UOL. O veículo identificou que, dos 51 foragidos, dez fugiram



Procurados. Deixaram as prisões após ataques: ao menos 51 estão foragidos

para o exterior neste ano pelas fronteiras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para a Argentina e o Uruguai. Destes, sete já foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por participarem dos ataques contra as sedes

dos três Poderes. Embora não se saiba ao certo em que data se fugiu, ocorreram, até agora, não havia nenhum alerta, ordem de prisão ou de captura dessas pessoas nem pelo Supremo, nem pela Polícia Federal e

nem pelas secretarias de Administração Penitenciária dos estados em que essas pessoas estavam encarceradas.

Com o alerta de difusão vermelha, os dados e a identificação dos fugitivos entram nos sistemas de buscas de unidades da PF no exterior e das autoridades policiais do mundo todo. A medida não garante que eles são capturados rapidamente, mas sim que podem ser presos se forem identificados por autoridades de um país estrangeiro.

No momento, já existem ordens de captura de outros alvos de inquéritos e investigações relacionados às milícias digitais e a fake news, como os blogueiros Oswaldo Eustáquio e Allan dos Santos.